

Anais do VI Simpósio de Pesquisa em Direito UniFOA 2021



Direitos, Inclusão Social e Cidadania



**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA
FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA**

**Anais do VI Simpósio de
Pesquisa em Direito**

Direitos, Inclusão Social e Cidadania

**2021
FOA**

FOA**Presidente**

Eduardo Guimarães Prado

Diretor Administrativo - Financeiro

Iram Natividade Pinto

Diretor de Relações Institucionais

Alden dos Santos Neves

Superintendente Executivo

Josiane da Silva Sampaio

Superintendência Geral

José Ivo de Souza

UniFOA**Reitora**

Úrsula Adriane Fraga Amorim

Pró-reitor Acadêmico

Luciano de Azedias Marins

**Pró-reitor de Educação a Distância e
Tecnologias de Ensino**

Rafael Teixeira dos Santos

Pró-reitora de Extensão

Ana Carolina Callegario Pereira

Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação

Bruno Chaboli Gambarato

Pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento

Maximiliano Pinto Damas

Procuradora Educacional Institucional

Ivanete da Rosa Silva de Oliveira

Comissão organizadora

Profa. Dra. Úrsula Adriane Fraga Amorim

Profa. Dra. Daniele do Amaral Souza Cavaliere

Prof. Dr. Pablo Jiménez Serrano

Prof. Dra. Córa Hisae Monteiro da Silva Hagino

Prof. Dr. Luiz Cláudio Gonçalves

Prof. Dr. Álvaro dos Santos Maciel

Prof. Dr. André Luiz de Freitas Dias

Profa. Dra. Cláudia Robert

Editora FOA**Editor chefe**

Laert dos Santos Andrade

Centro Universitário de Volta Redonda – UniFOA
Campus Oezio Galotti - Três Poços

Av. Paulo Erlei Alves Abrantes, nº 1325
Três Poços, Volta Redonda /RJ /
Tel.: (24) 3340-8400 – ramal 8350

editora.unifoa.edu.br

FICHA CATALOGRÁFICA

Bibliotecária: Alice Tacão Wagner - CRB 7/RJ 4316

S612a Simpósio de Pesquisa em Direito.

Anais do VI Simpósio de pesquisa em direito: direitos, inclusão social e cidadania. [recurso eletrônico]. /Organizado por Úrsula Adriane Fraga Amorim; Daniele do Amaral Souza Cavaliere; Pablo Jiménez Serrano; et al. – Volta Redonda: FOA, 2021. 71 p.

ISBN: 978-65-88877-14-2

1. Direito - simpósio. I. Amorim, Úrsula Adriane Fraga. II. Cavaliere, Daniele do Amaral Souza, III. Serrano, Pablo Jiménez. IV. Fundação Oswaldo Aranha. V. Título.

CDD – 340

Sumário

GT I: A Ética e os Direitos Humanos6

A fome sob a ótica dos direitos humanos: a pandemia do Covid-19 como agravante.....	7
A importância dos honorários advocatícios: limites éticos para a sua cobrança.....	8
A vingança privada: autotutela na perspectiva do Código de Hammurabi e na perspectiva do direito brasileiro	9
As mulheres nas constituições brasileiras	10
<i>Fair trade</i> : um instrumento de garantia dos direitos humanos.....	11
Família, propriedade e direito à vida: perspectivas jurídicas no Código de Hammurabi na terra do crescente fértil	12
Iconoclastia moderna: um estudo sobre a derrubada de estátuas e monumentos	13
A influência da LGPD no compartilhamento de dados: os desafios das empresas na proteção das informações dos cidadãos.....	14
Influência do Pacto de San José da Costa Rica na Constituição brasileira.....	15
Informática: contexto histórico e a migração da tela de celular para a tela de computador.....	16
Migrações internacionais: seria o reconhecimento do multiculturalismo um caminho para a superação da xenofobia?	17
O direito ao conhecimento através da evolução da escrita: do cuneiforme ao avanço tecnológico	18
O direito humano, está na história imaterial que a sociedade precisa	19
O modelo <i>fast fashion</i> de produção de vestuário sob a ótica dos direitos humanos: uma análise da varejista chinesa <i>Shein</i>	20
O risco da inteligência artificial para os direitos humanos	21
Serviço social e saúde: a atuação do assistente social na garantia dos direitos dos usuários.....	22
Trabalho infantil e a pandemia	23

GT II: Direitos Fundamentais, Racionalidade e Discurso

Jurídico24

Direito ao esquecimento na era virtual: análise e jurisprudências.....	25
Família, propriedade e direito à vida: perspectivas jurídicas no Código de Hammurabi na terra do crescente fértil	26
Liberdade de expressão nas redes sociais: uma análise da política de remoção de conteúdo do Instagram à luz do marco civil da internet.....	27
Regulamentação da cannabis no Brasil e sua relação com a judicialização do direito fundamental à saúde.....	28
Análise da integração regulatória do sistema nacional de segurança das barragens.....	29
A atenção primária e a parceria público-privada como meios de efetivação do direito à saúde.....	30
A composição das massas carcerárias no Brasil e os desafios impostos pela pandemia de Covid-19 nas penitenciárias	31
A construção da cidadania nas fases da infância e juventude por meio da educação em direitos humanos.....	32

A importância do poder discricionário nas punições ocorridas no processo administrativo disciplinar	33
A tributação como ferramenta de garantia da segurança alimentar e nutricional	34
A personalidade virtual como forma de prevenção dos danos morais na <i>internet</i>	35

GT III: O Estado e os Direitos Fundamentais36

Acesso à justiça: um estudo acerca de suas ondas e seus obstáculos	37
Cibercrimes e seus impactos na esfera jurídica	38
Discussões jurídicas sobre a inseminação artificial caseira	39
Novo marco regulatório do saneamento básico.....	40
O direito à alimentação em tempos de pandemia (Covid 19).....	41
O enfrentamento às práticas de tortura no Brasil	42
O feminismo islâmico na invasão Talibã de 2021	43
Operações policiais no Estado do Rio de Janeiro: uma análise da violência aplicada e o descumprimento da ADPF 635	44
Medida Provisória nº 966/2020 – responsabilização de agentes públicos por ação e omissão em atos relacionados com a pandemia da Covid-19	45
Teoria do cenário bomba relógio: aspectos éticos do uso da tortura	46
Testamento vital: uma reflexão acerca da possibilidade da efetivação da dignidade humana do paciente com Covid-19.....	47
Violência contra a mulher indígena: o feminismo indígena e a tecnologia como mecanismos de combate ao crime de estupro nas aldeias	48

GT IV: Criminologia, Racismo e Exclusão Social.....49

O racismo estrutural no futebol: caso Gerson.....	50
O acesso a tratamentos de transtorno do espectro autista (TEA): uma análise crítica do rol de procedimentos da ANS	51
O acordo de não persecução penal e os impactos ao crime de injúria racial.....	52
Teoria e prática da execução penal no Brasil e propostas de melhoria	53
A garantia da dignidade da pessoa humana concretizada pela instituição do nome social: um debate sobre o direito ao esquecimento e o Decreto nº 8.727/2016	54
Abandono afetivo por genitores: consequências jurídicas e psicológicas	55
O princípio do melhor interesse da criança e do adolescente sob o viés da guarda compartilhada	56
Descortinar sobre o assédio em ambiente universitário	57
Representatividade feminina nos cargos de decisão do Ministério Público Brasileiro	58
Sistema nacional de adoção - SNA: a construção de instrumentos facilitadores para a localização de famílias substitutas	59

GT V: Vulnerabilidade no Direito Privado e Consumerista60

A ignota personalidade civil da Inteligência Artificial no Brasil e a proposta europeia para a personalidade eletrônica	61
A caracterização da Covid-19 como acidente de trabalho	62
Direito de opção do servidor público ao regime da previdência complementar	63

Em tempos de pandemia: a implementação do <i>home office</i>	64
O reconhecimento do coronavírus como doença ocupacional dos trabalhadores dos serviços essenciais	65

GT VI: Minorias, Etnias Raciais e Religiões Afro-Brasileiras / Educação Ambiental e Direitos Humanos66

A insegurança jurídica presente no caso de contaminação do conjunto habitacional Volta Grande VI pela CSN em Volta Redonda-RJ.....	67
Escolas sustentáveis no contexto dos objetivos de desenvolvimento sustentável	68
Importância da educação ambiental	69
O conflito socioambiental de Belo Monte e os povos do Xingu	70
O nome social: atributo inerente à personalidade e à dignidade da pessoa transgênero	71

GT I: A Ética e os Direitos Humanos

A fome sob a ótica dos direitos humanos: a pandemia do Covid-19 como agravante

Pâmela Roberta Lamim Fusco¹; Lucas Giovanni¹; Luiza Barbosa Toledo¹; Cora Hisae Monteiro da Silva Hagino (Orientadora)²

RESUMO

O artigo científico tem por objetivo fomentar e analisar a problemática da fome no território brasileiro sob a ótica dos direitos humanos, em especial, no período pandêmico do Covid-19 que perdura até o presente momento. Neste sentido, inicialmente se faz necessária a compreensão da trajetória do combate à fome e a miséria no cenário político, bem como de medidas paralelas às ações governamentais, como a criada por Betinho em 1993, que auxiliaram ativamente no enfrentamento da fome no país. Além disso, traçamos um paralelo do direito fundamental à alimentação contemplado no artigo XXV da Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948 e o direito alimentar, disposto no art. 6º da CF/88, em contrapartida com o aumento da fome no país, intensificado, sobretudo, pela pandemia. Como metodologia de pesquisa foi utilizado a análise midiática, além de dados estatísticos. Como resultado será possível observar as consequências da pandemia quanto ao aumento da insegurança alimentar no Brasil.

Palavras-chave:

Segurança alimentar. Fome. Pandemia.

¹ Discente do Curso de Direito do Centro Universitário de Volta Redonda - UniFOA.

² Doutora em Direito pela Universidade de Coimbra, Portugal. Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense; e, bacharel em Direito pela Universidade Federal Fluminense.

A importância dos honorários advocatícios: limites éticos para a sua cobrança

*Fernanda Freitas Cardoso¹; Vinícius Maia Capra(Autor)²; Amanda Gabriele Faria Lopes³;
Luiz Claudio Gonçalves Junior (Orientador)⁴*

RESUMO

Compreender o trabalho dos advogados vai além das peças processuais, abrange atendimentos e situações que extrapolam a esfera processual. Embora existam situações que permeiam particularidades, a cobrança dos honorários advocatícios é devida por conta dos serviços prestados. O objetivo geral da presente pesquisa é evidenciar as prováveis interferências existentes na cobrança dos honorários advocatícios, as quais podem ensejar condutas abusivas. O objetivo específico consiste em demonstrar a importância de ter os valores tabelados acerca dos serviços que foram prestados pelo causídico. Tal pesquisa se faz necessária porque a cobrança é um direito do advogado, todavia, há que se considerar os limites impostos pelo próprio Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, cuja diretriz evita que ocorra práticas desleais de mercado. É importante a conscientização dos profissionais de direito no que tange a cobrança dos honorários, pois o profissional dedica tempo, atenção e orientações ao cliente, que nem sempre contrata os seus serviços.

Palavras-chave:

Honorários Advocatícios. Limites éticos. Cobrança.

¹ Discente do 5º período do Curso de Direito do Centro Universitário de Volta Redonda – UniFOA. fernanda.cardoso@unifoa.edu.br

² Discente do 5º período do Curso de Direito do Centro Universitário de Volta Redonda – UniFOA. vinicius.capra@unifoa.edu.br

³ Discente do 10º período do Curso de Direito do Centro Universitário de Volta Redonda – UniFOA. amanda.lopes@unifoa.edu.br

⁴ Doutor em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP). Mestre em Biodireito, Ética e Cidadania pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL). lclaudiojr@uol.com.br

A vingança privada: autotutela na perspectiva do Código de Hammurabi e na perspectiva do direito brasileiro

Isadora de Alcântara Martins Fonseca¹; Fernando Schmid Duarte Cyrne Telles¹; Luiz Claudio Gonçalves Junior (Orientador)²

RESUMO

Encontra-se no museu do Louvre, em Paris, um documento histórico esculpido em uma pedra de diorito de mais de dois metros de altura. Trata-se do primeiro conjunto de leis, especificamente 282 artigos, criadas pelo rei Hammurabi, que governou a Mesopotâmia entre 1792 e 1750 a.C. Essas normas foram influenciadas por leis anteriores a elas, que vinham de uma cultura de oralidade e agora eram representadas pela primeira vez na forma escrita. O objetivo desta pesquisa é analisar a sociedade no tempo de Hammurabi, mostrando suas características em termos de origens, línguas, culturas e religiões. Sob o ponto de vista específico, o objetivo é analisar o Código de Hammurabi e também a Lei do Talião, amplamente aplicada neste período. Isso nos remete em algum grau ao conceito de autotutela, um espaço no qual o ordenamento jurídico tolera que as pessoas resolvam entre si, por seus próprios meios, eventuais problemas. A pesquisa se justifica porque essas legislações foram aperfeiçoadas ao longo dos anos, bem como nos permite refletir sobre o “fazer justiça com as próprias mãos”, algo proibido em nosso ordenamento jurídico.

Palavras-chave:

Vingança privada. Código de Hammurabi. Autotutela. Direito.

¹ Discente do 2º ano do Curso de Direito do Centro Universitário de Volta Redonda - UniFOA.

² Professor e pesquisador do Centro Universitário de Volta Redonda – UniFOA. Doutor em Educação (UNIMEP), e Mestre em Biodireito, Ética e Cidadania (UNISAL). lclaudiojr@foa.org.br

As mulheres nas constituições brasileiras

Pâmela Roberta Lamim Fusco¹; Cora Hisae Monteiro da Silva Hagino (Orientadora)²

RESUMO

O presente artigo científico tem como objetivo traçar uma análise quanto à evolução dos direitos civis e políticos da mulher nas cartas constituintes do Brasil. A luta feminista brasileira possibilitou o progresso e a inclusão das mulheres na esfera social-política, bem como a sua participação na elaboração das Constituições de 1934 e 1988. A análise será feita de forma temporal, partindo desde a primeira Constituição, de 1824, onde a mulher não era considerada cidadã, bem como a de, 1934, que reconheceu o direito ao sufrágio feminino, até a presente Carta Magna de 1988, que obteve a maior presença feminina em sua elaboração. Metodologicamente foi feita uma pesquisa documental e, como resultado será possível observar o impacto positivo da presença da mulher no espaço político como forma de luta e resguardo de seus direitos.

Palavras-chave:

Direitos da mulher. Movimento Feminista. Sufrágio.

¹ Discente do Curso de Direito do Centro Universitário de Volta Redonda - UniFOA.

² Doutora em Direito pela Universidade de Coimbra, Portugal. Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense; e, bacharel em Direito pela Universidade Federal Fluminense.

***Fair trade*: um instrumento de garantia dos direitos humanos**

*Bernardo Mendonça Calina*¹; *Gustavo Gomes de Oliveira Ferreira*¹; *Luísa Alves Rosas*¹;
*Willian Soares Carvalho*¹; *Hélio de Lena Júnior*²

RESUMO

A globalização proporcionou uma verdadeira revolução no modelo capitalista, tornando as relações comerciais ainda mais hostis e predatórias, o que gerou uma série de complicações, principalmente sociais e ambientais, intensificando as desigualdades individuais, coletivas e empresariais, assim como o desgaste do meio ambiente. Tendo isso em vista, o presente trabalho visa analisar o *fair trade* como alternativa viável de garantia dos Direitos Humanos frente à nova dinâmica trazida pelo capitalismo contemporâneo, para tanto, foi adotado os processos metodológicos de análises bibliográficas e artigos relacionados ao tema e os saldos produtivos foram alcançados por meio das percepções diante o material estudado e abordado. Com isso, foi possível não só compreender o funcionalmente e a instrumentalização do comércio justo como instrumento jurídico de garantia de direitos, mas também apresentar sua usabilidade em casos concretos.

Palavras-chave:

Fair trade. Comércio justo. Direitos Humanos. Comércio internacional.

¹ Discente em Direito pelo Centro Universitário de Volta Redonda (UniFOA).

² Docente no Curso de Direito do Centro Universitário de Volta Redonda (UniFOA) e Doutor em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Família, propriedade e direito à vida: perspectivas jurídicas no Código de Hammurabi na terra do crescente fértil

Ísis Romão (Autora)¹; Leonardo Rocha (Autor)¹; Luiz Claudio Gonçalves Junior (Orientador)²

RESUMO

Gravado em uma Stela de basalto negro no século XVIII a.C. e hoje encontrado no museu do Louvre em Paris, o código de Hammurabi defendia o direito à propriedade, a dignidade e a família por meio da supremacia das leis. O objetivo geral dessa pesquisa é comentar sobre a sociedade da época a partir desses direitos trazidos pelo Código de Hammurabi, os quais eram importantes para o perfeito desenvolvimento daquela sociedade. Como objetivo específico, essa pesquisa também pretende abordar as medidas arbitrárias e de violação da dignidade da pessoa humana a partir desses mesmos direitos, pois é um período em que muitas ações eram punidas com a pena de morte, o que demonstra uma certa fragilidade nas condenações, pois muitas eram baseadas em confissões e testemunhos nem sempre confiáveis. A pesquisa se justifica porque mostra uma variação punitiva de acordo com a classe social do condenado, o que também nos permite refletir sobre a ideia de injustiça em diferentes perspectivas.

Palavras-chaves:

Família. Propriedade. Vida, Hammurabi. Crescente fértil.

¹ Discente do 2º período do curso de Direito do Centro Universitário de Volta Redonda – UniFOA.

² Professor e pesquisador do Centro Universitário de Volta Redonda – UniFOA. Doutor em Educação (UNIMEP), e Mestre em Biodireito, Ética e Cidadania (UNISAL). lclaudiojr@foa.org.br

Iconoclastia moderna: um estudo sobre a derrubada de estátuas e monumentos

Anna Flávia Carvalho Sampaio¹; Maria Cecília Guimarães Martins¹; Willian Soares Carvalho¹; Yuri Nunes Macedo¹; Cora Hisae Monteiro da Silva Hagino (Orientadora)²

RESUMO

Nos últimos anos, chamaram a atenção do Brasil e do mundo diversos atos de depredação praticados em monumentos e estátuas representando pessoas que desrespeitaram Direitos Humanos quando eram vivas. Esses atos, conhecidos como derrubadas, rapidamente encontraram adeptos e opositores. Por um lado, os que aprovam dizem ser absurdo que personalidades que só fizeram o mal em vida, após a morte, sejam tratadas como elementos importantes do patrimônio histórico. Por outro, os que não concordam com os atos dizem que o esquecimento da história é perigoso, pode ser tratado até como revisionismo histórico. Destarte, o presente trabalho tem como objetivo estudar ambos os lados desta discussão, e tenta encontrar a melhor solução para esta problemática moderna. Para tanto foi adotada uma pesquisa do tipo exploratória, em que os resultados foram alcançados através de análises e percepções em uma abordagem qualitativa. Em conclusão, foi possível compreender que existem alternativas à destruição do patrimônio histórico, embora existam movimentos legítimos de derrubada.

Palavras-chave:

Patrimônio histórico. Derrubada. Iconoclastia. História.

¹ Discente em Direito do Centro Universitário de Volta Redonda (UniFOA).

² Doutora em Direito pela Universidade de Coimbra, Portugal. Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense e bacharel em Direito pela Universidade Federal Fluminense.

A influência da LGPD no compartilhamento de dados: os desafios das empresas na proteção das informações dos cidadãos

Nathan Firmnio Tadeu Gonçalves¹; Rogério Ferreira Ribeiro Junior¹; Luiz Claudio Gonçalves Junior (Orientador)²

RESUMO

É necessário que as empresas se adaptem às novas políticas de proteção de dados, como é o caso da LGPD. O objetivo geral dessa pesquisa é mostrar como as novas normas fazem para proteger os direitos de privacidade, com um padrão de regulamentos e práticas para promover a proteção dos dados pessoais dos clientes. Objetivo específico dessa pesquisa é mostrar que o consumidor tem o direito de ter o controle geral sobre o tráfego de seus dados, onde quaisquer que ações que gerem problemas como vazamento de dados para terceiros, devam ser de conhecimento do cidadão. A justificativa desta pesquisa se dá, principalmente, pela recente criação da LGPD, bem como os diversos casos de vazamentos de informações e arquivos por parte de várias empresas, trazendo assim, consequências para população.

Palavras-chaves:

LGPD. Dados pessoais. Privacidade. Proteção de dados.

¹ Discente do 4º Ano do Curso de Sistemas de Informação do Centro Universitário de Volta Redonda - UniFOA.

² Doutor em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP). Mestre em Biodireito, Ética e Cidadania pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL). Licenciando em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Professor e pesquisador do Centro Universitário de Volta Redonda / Fundação Oswaldo Aranha (UniFOA). Participa do Projeto de Pesquisa em Bioética, Biodireito e Biotecnologias do Centro Universitário Salesiano de São Paulo/ U.E. Lorena (UNISAL).

Influência do Pacto de San José da Costa Rica na Constituição brasileira

Frederico Fernandes Martins Messias¹ ; Julia Edwiges de Freitas² ; Luiz Claudio Gonçalves Junior (Orientador)³

RESUMO

O Pacto De San José Da Costa Rica, também conhecido como Convenção Americana de Direitos Humanos, é um tratado assinado em novembro de 1969. Ele consiste em assegurar os direitos e liberdades da população dos países membros. O objetivo geral desse trabalho é abordar o Pacto de San José da Costa Rica e as garantias estabelecidas por ele. Como objeto específico, essa pesquisa pretende mostrar a influência do Pacto de San Jose na Constituição Brasileira, relativo aos direitos e garantias estabelecidos pelo artigo 5º de nossa Carta Magna. Na Convenção de Direitos Humanos se estabeleceram órgãos fiscalizadores de controle para apreciar questões que envolvam denúncias de violação, por quaisquer dos Estados-Membros, em relação aos direitos protegidos pela Convenção. Essa pesquisa se justifica pela importância em abordar temas relacionados aos direitos políticos e civis, bem como os relacionados à integridade pessoal, à liberdade e à proteção judicial.

Palavras-Chaves:

Constituição Brasileira. Pacto De San José Da Costa Rica. Convenção de Direitos Humanos.

¹ Discente do 4º ano do Curso de Sistemas de Informação do Centro Universitário de Volta Redonda - UniFOA. frederico.messias@unifoa.edu.br

² Discente do 4º ano do Curso de Sistemas de Informação do Centro Universitário de Volta Redonda - UniFOA. Julia.edwiges@unifoa.edu.br

³ Doutor em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP). Mestre em Biodireito, Ética e Cidadania pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL). Licenciando em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Professor e pesquisador do Centro Universitário de Volta Redonda / Fundação Oswaldo Aranha (UniFOA). Participa do Projeto de Pesquisa em Bioética, Biodireito e Biotecnologias do Centro Universitário Salesiano de São Paulo/ U.E. Lorena (UNISAL). lclaudiojr@uol.com.br

Informática: contexto histórico e a migração da tela de celular para a tela de computador

Aislan Michel Moreira Freitas¹; Luiz Claudio Gonçalves Junior (Orientador)²

RESUMO

A Lei de Moore expressa que o número de transistores dos chips de computadores aumenta em 100%, pelo custo equivalente, a cada dois anos. Conforme os tempos foram passando e o futuro chegando, observamos que a tal lei de Moore talvez estivesse errada. Os chips evoluíram mais rápido do que esperado, já falamos de nano chips e computadores de bolso como os *smartphones*. Os *smartphones* por si só, dominaram o mercado de tecnologia em geral. É muito comum com que as crianças já cresçam com um desses na mão. Porém, ao migrarem para um computador, se estranham, o teclado é maior, existe o tal mouse, cabos, monitores e uma gama ainda maior de App's. Outro detalhe, é as empresas de redes sociais (principalmente) que cada vez mais adotam os *layouts* minimalistas, que são usados em aplicativos de celular. Como nós adultos sabemos, as demandas profissionais não são resolvidas pelo celular, tendo em vista a dificuldade que é, por exemplo, fazer uma planilha numa tela tão pequena através de *touch*. Portanto, a importância de acostarmos os indivíduos desde cedo a usar computadores se mostra necessária. Outro detalhe, é em como a tecnologia cresce ao decorrer dos dias e o mercado de TI se mostra cada vez mais carente de profissionais capacitados.

Palavras-chave:

Tecnologia. *Smartphone*. Computadores. Lei de Moore.

¹ Discente do 4º ano do Curso de Sistemas de informação do Centro Universitário de Volta Redonda - UniFOA. aislan.michel92@gmail.com

² Doutor em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP). Mestre em Biodireito, Ética e Cidadania pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL). Licenciando em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Professor e pesquisador do Centro Universitário de Volta Redonda / Fundação Oswaldo Aranha (UniFOA). Participa do Projeto de Pesquisa em Bioética, Biodireito e Biotecnologias do Centro Universitário Salesiano de São Paulo/ U.E. Lorena (UNISAL). lclaudiojr@uol.com.br

Migrações internacionais: seria o reconhecimento do multiculturalismo um caminho para a superação da xenofobia?

Thiago de Souza Modesto¹

RESUMO

Contemporaneamente, ao falarmos de migrações, tratamos sobretudo de emigrantes do Sul Global em busca de refúgio decorrente de devastações ambientais, perseguições a grupos minoritário, segregações ou busca de melhores condições de vida, como oportunidade de trabalho e renda em outro país. Esse encontro entre povos pode trazer conflituosidade, especialmente pela mudança de paradigma de quem são os sujeitos que migram. Assim, busca-se trazer o seguinte questionamento: seria o reconhecimento do multiculturalismo um caminho para a superação da xenofobia? A teor disso, o presente artigo objetiva analisar, em caráter interdisciplinar, o fenômeno migratório na perspectiva de sua receptividade em respeito as noções de direitos humanos pelo viés multicultural, a fim de trazer reflexão à problemática proposta. Dado o caráter subjetivo e as diferentes correntes que tratam do assunto sobre o multiculturalismo, não se pretende estabelecer uma visão de todas as abordagens, sequer uma resposta prescritiva ou de solução do problema, e sim fomentar o debate e a busca do respeito à diversidade no contexto das migrações internacionais, fenômeno que revela a existência de sociedades multiculturais.

Palavras-chave:

Multiculturalismo. Xenofobia. Alteridade. Migrações internacionais.

¹ Mestrando em Direito Público e Evolução Social e especialista em Direito Civil e Processo Civil pela Universidade Estácio de Sá - UNESA. Coordenador do Núcleo de Práticas Jurídicas e professor do Centro Universitário de Barra Mansa - UBM. E-mail: thiagomodesto.adv@hotmail.com.

O direito ao conhecimento através da evolução da escrita: do cuneiforme ao avanço tecnológico

Giulya Salino Braga da Gama Furtado¹ ; Marcela Guedes Ferreira e Silva¹; Luiz Claudio Gonçalves Junior (Orientador)²

RESUMO

A escrita é um processo simbólico que possibilitou ao homem a expansão de suas mensagens para muito além do seu próprio tempo e espaço. O seu papel na formação do ser é muito mais profundo do que se pensa, sendo a porta de entrada para a cultura, o saber tecnológico, científico etc. O objetivo geral dessa pesquisa é mostrar o quanto importante é a escrita na sociedade, destacando a análise das novas modalidades criadas ao longo do tempo, principalmente, com as novas tecnologias sendo aplicadas. Sob o ponto de vista específico, cabe visualizar o seguinte questionamento: de que maneira essas novas tecnologias podem influenciar o campo jurídico na esfera escrita, visto que o direito positivo da maior parte das nações ocidentais se encontra gravado nas leis e códigos? A importância ao realizar essa pesquisa se relaciona com a situação de que os futuros operadores de direito estão diretamente relacionados com a escrita, logo é necessário haver uma correta preparação diante das inovações no universo das comunicações.

Palavras-chaves:

Direito. Conhecimento. Escrita.

¹ Aluna do 2º período do Curso de Direito do Centro Universitário de Volta Redonda – UniFOA.

² Professor e pesquisador do Centro Universitário de Volta Redonda – UniFOA. Doutor em Educação (UNIMEP) e Mestre em Biodireito, Ética e Cidadania (UNISAL).

O direito humano, está na história imaterial que a sociedade precisa

Anna Flávia Carvalho Sampaio¹; Maria Cecília Guimarães Martins¹; Willian Soares Carvalho¹; Yuri Nunes Macedo¹; Cora Hisae Monteiro da Silva Hagino (Orientadora)²

RESUMO

Temos que os direitos culturais se tornaram de cunho fundamental somente após a vigência da Constituição de 88, divididos em patrimônio material e imaterial. Embora o patrimônio histórico material seja mais lembrado que o imaterial, este está repleto de memórias, que contribuem para os processos de resignação diante das injustiças sociais e das violações de direitos. Portanto, verifica-se o descaso e o desinteresse público na preservação dessas informações, sendo este um direito fundamental para uma sociedade democrática. O lembrar é um ato político, que impede a retirada de direitos e da identidade de um povo, sendo o esquecimento da história um perigo, pois, aqueles que não lembram do passado estão condenados a repeti-lo. Destarte, o presente trabalho tem como objetivo encontrar a melhor solução para esta problemática. Sendo adotada uma pesquisa do tipo exploratória, em que os resultados foram alcançados através de análises e percepções em uma abordagem qualitativa. Em conclusão, foi possível compreender que existem alternativas para manter e proteger a história e suas informações, do descaso e do desinteresse político.

PALAVRAS-CHAVE:

Patrimônio imaterial. Memórias. Preservação. História.

¹ Discente em Direito do Centro Universitário de Volta Redonda (UniFOA).

² Doutora em Direito pela Universidade de Coimbra, Portugal. Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense; e, bacharel em Direito pela Universidade Federal Fluminense.

O modelo *fast fashion* de produção de vestuário sob a ótica dos direitos humanos: uma análise da varejista chinesa *Shein*

Luana Alves de Souza e Souza¹; Córa Hisae Monteiro da Silva Hagino²

RESUMO

Nos anos de 1970, em pleno tremor econômico causado pela crise do petróleo, surge um modelo de produção que prometia viabilizar lucro e democratizar a moda com roupas mais baratas, produzidas em tempo recorde e em maior escala: o *fast fashion*. O setor da moda foi impulsionado pela onda de compras *on-line* durante a pandemia do coronavírus, com vendas que chegaram a R\$ 38,8 bilhões entre janeiro e junho de 2020 e, acompanhando a demanda, o *fast fashion* se popularizou nas redes sociais e cresceu ainda mais. Contudo, esse modelo de produção traz consigo muitas anomalias, sendo que a preocupação básica deste estudo é refletir sobre a pouca ou nenhuma transparência da varejista chinesa *Shein* em relação ao seu modo de produção, o que enseja especulações sobre condições de trabalho de seus funcionários e se estas respeitam os direitos humanos, bem como questões relativas a plágios e impactos ambientais causados por esse modelo pela referida empresa.

Palavras-chave:

Fast fashion. Modelo de produção. Condições de trabalho. Responsabilidade social. Direitos humanos.

¹ Discente do 10º período do curso de Direito do UniFOA – Centro Universitário de Volta Redonda.

² Pós doutoranda no PPGSD-UFF, Doutora pelo Programa Direito, Justiça e Cidadania no século XXI do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Mestra pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense, Professora Universitária e Coordenadora do Laboratório de Monografia Jurídica do curso de Direito do UniFOA – Centro Universitário de Volta Redonda.

O risco da inteligência artificial para os direitos humanos

Gustavo Araujo Diniz Ferreira Lima¹; Lucas Sales de Oliveira¹; Luiz Claudio Gonçalves Junior²

RESUMO

O ser humano sempre buscou um entendimento maior sobre o que está a sua volta, para estar em constante evolução, através de pesquisas exploratórias para coleta de dados e levantamento de informações. E desta forma, inúmeras tecnologias surgiram com o propósito de beneficiar a humanidade, entre elas, a inteligência artificial, capaz de simular a mente humana para aprender e raciocinar. Porém nem sempre o seu uso possui um fim positivo. Deste modo pesquisa mostra os riscos aos direitos humanos acerca da aplicabilidade dessa inteligência, além das várias possibilidades que essa tecnologia pode infringir aos direitos humanos, sendo necessário um maior controle acerca do seu uso. Portanto devido a inteligência artificial ter ganhado cada vez mais espaço no mundo, e assim como nos primórdios da internet, não existe regulamento enquanto a sua aplicabilidade, é indispensável que surjam iniciativas para elaboração de propostas de controle do uso de inteligência artificial em meio a sociedade, considerando os direitos humanos.

Palavras-chave:

Inteligência artificial. Dados. Direitos Humanos.

¹ Discente em Sistemas de Informação no Centro Universitário de Volta Redonda (UniFOA).

² Doutor em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP). Mestre em Biodireito, Ética e Cidadania pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL). Licenciando em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Professor e pesquisador do Centro Universitário de Volta Redonda / Fundação Oswaldo Aranha (UniFOA). Participa do Projeto de Pesquisa em Bioética, Biodireito e Biotecnologias do Centro Universitário Salesiano de São Paulo/ U.E. Lorena (UNISAL).

Serviço social e saúde: a atuação do assistente social na garantia dos direitos dos usuários

Júlia Rodrigues Duarte¹; Luiz Claudio Gonçalves Junior (Orientador)²

RESUMO

As políticas públicas em saúde costumam ter seu foco na cura de doenças, todavia, trata-se de uma visão limitada e insuficiente, pois o tratamento das enfermidades deveria levar em consideração as suas reais causas. O objetivo geral dessa pesquisa é mostrar a importância de se analisar outros aspectos na questão do direito à saúde, como a atenção médica e outros fatores determinantes, como a água potável, as medidas sanitárias, a segurança alimentar, a nutrição, a habitação, a saúde ocupacional, ambiental, as quais viabilizam o acesso a outros direitos. Como objetivo específico, essa pesquisa pretende mostrar a atuação do assistente social perante a análise desses outros aspectos no campo da saúde, não se limitando apenas ao campo médico, mas ampliando-os no seu trabalho cotidiano. A pesquisa se justifica, pois o assistente social atua na defesa dos direitos humanos, permitindo uma visão mais intensa da realidade social e uma visão global das condições de vida da população, com o resguardo e efetivação dos seus direitos em um sistema público e universalizado, ou privado, trabalhando através de seu projeto ético-político.

Palavras-chaves:

Assistente social. Saúde. Direito dos usuários.

¹ Discente do 2º ano do Curso de Serviço Social do Centro Universitário de Volta Redonda – UniFOA.

² Professor e pesquisador do Centro Universitário de Volta Redonda – UniFOA. Doutor em Educação (UNIMEP) e Mestre em Biodireito, Ética e Cidadania (UNISAL).

Trabalho infantil e a pandemia

Camila da Silva Paraiso¹; Davi Braga Gonçalves¹; Fábio Pereira de Souza¹; João Guilherme P. de M. dos Santos Rocha¹

RESUMO

Notório que o trabalho infantil é uma das mazelas da sociedade, principalmente em países subdesenvolvidos, dado que grande parte da população destes países é acometida pelo déficit econômico, e até mesmo pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza, sendo o Brasil integrante desta lista. Diante disto, muitas famílias tendem a utilizar crianças e adolescentes para obter uma renda extra para auxiliar na subsistência econômica familiar, não de maneira intencional, mas sim por questão de necessidade. Porquanto, o presente estudo, utilizando-se de uma abordagem qualitativa, descritiva e narrativa, ilustrou todo um contexto histórico e a aceção de trabalho infantil, tendo como enfoque a questão da pandemia do covid-19, de modo a ter parâmetros comparativos pré-pandêmicos e durante pandêmico, objetivando demonstrar como a pandemia afetou todos os setores e revelou determinadas vulnerabilidades a tempos não discutidas. Concluiu-se que, existe um falso dilema entre a necessidade das famílias em ter uma renda para sua subsistência e a necessidade de tomar as medidas de prevenção para não sucumbir ao vírus, ou seja, ou morrem de fome ou com o vírus.

Palavras-chave:

Trabalho infantil. Pandemia. Econômico.

¹ Centro Universitário de Volta Redonda – UniFOA.

GT II: Direitos Fundamentais, Racionalidade e Discurso Jurídico

Direito ao esquecimento na era virtual: análise e jurisprudências

Bárbara Araujo Diniz Ferreira Lima¹; Ana Paula Bartole Faria¹; Izabelle Maria Patitucci de Azevedo²; Luiz Claudio Gonçalves Junior (Orientador)³

RESUMO

O presente artigo almeja analisar o direito ao esquecimento no contexto jurídico brasileiro. Para viabilizar a análise, o estudo aborda detalhadamente os direitos fundamentais e sua evolução, visando demonstrar sua relação com direito ao esquecimento. Analisa-se, também, o princípio da dignidade da pessoa humana com intuito de nortear o presente trabalho. De forma a contextualizar o tema, analisa-se a sociedade atual e a internet, com foco no comportamento e responsabilização dos usuários, bem como a rapidez com que as notícias são compartilhadas. Com isso, pretende-se debater acerca do direito ao esquecimento, sua necessidade e como a jurisprudência brasileira encara o referido tema.

Palavras-chave:

Direito ao esquecimento. Direito à informação. Direito à liberdade de expressão. Dignidade da pessoa humana. Sociedade e internet.

¹ Centro Universitário de Volta Redonda, RJ.

² Advogada, Mestra em Direito Constitucional pela Universidade Federal Fluminense, Pós-Graduada em Direito de Família e Sucessões pela UCAM. izabellepatitucci@gmail.com

³ Professor e pesquisador do Centro Universitário de Volta Redonda – UniFOA. Doutor em Educação (UNIMEP) e Mestre em Biodireito, Ética e Cidadania (UNISAL). lclaudiojr@foa.org.br

Família, propriedade e direito à vida: perspectivas jurídicas no Código de Hammurabi na terra do crescente fértil

Ísis Romão¹ ; Leonardo Rocha¹; Luiz Claudio Gonçalves Junior (Orientador)²

RESUMO

Gravado em uma Stela de basalto negro no século XVIII a.C. e hoje encontrado no museu do Louvre em Paris, o código de Hammurabi defendia o direito à propriedade, a dignidade e a família por meio da supremacia das leis. O objetivo geral dessa pesquisa é comentar sobre a sociedade da época a partir desses direitos trazidos pelo Código de Hammurabi, os quais eram importantes para o perfeito desenvolvimento daquela sociedade. Como objetivo específico, essa pesquisa também pretende abordar as medidas arbitrárias e de violação da dignidade da pessoa humana a partir desses mesmos direitos, pois é um período em que muitas ações eram punidas com a pena de morte, o que demonstra uma certa fragilidade nas condenações, pois muitas eram baseadas em confissões e testemunhos nem sempre confiáveis. A pesquisa se justifica porque mostra uma variação punitiva de acordo com a classe social do condenado, o que também nos permite refletir sobre a ideia de injustiça em diferentes perspectivas.

Palavras-chave:

Família. Propriedade. Vida. Hammurabi. Crescente fértil

¹ Discente do 2º período do curso de Direito do Centro Universitário de Volta Redonda – UniFOA.

² Professor e pesquisador do Centro Universitário de Volta Redonda – UniFOA. Doutor em Educação (UNIMEP) e Mestre em Biodireito, Ética e Cidadania (UNISAL). lclaudiojr@foa.org.br

Liberdade de expressão nas redes sociais: uma análise da política de remoção de conteúdo do Instagram à luz do marco civil da internet

Igor Frederico da Silva Lacerda¹

RESUMO

O advento das redes sociais ampliou as possibilidades e o alcance de toda sorte de manifestação, de maneira que hoje tais redes possuem um papel importante no que tange ao exercício da liberdade de expressão. Enquanto comunidades digitais, as redes sociais carecem de moderação de conteúdo, isto é, a atividade que disciplina a exibição dos conteúdos, determinando o que pode ou não ser veiculado na plataforma. A importância da adequação das políticas de moderação das redes sociais com o ordenamento jurídico pátrio reside no fato de que a sua ilegalidade representa risco de censura privada com impacto naquele direito fundamental e na própria democracia. Nesse sentido, o presente trabalho se propõe a analisar a adequação dos parâmetros utilizados pelo Instagram, uma das maiores redes sociais globais, no exercício da atividade moderadora que importa em remoção do conteúdo criado pelo usuário, com a ordem constitucional vigente, bem como com a legislação específica para o tema, a Lei nº 12.965/2014, apelidada de Marco Civil da Internet. Busca-se explicitar o procedimento de remoção de conteúdo, verificar sua adequação com as legislações pertinentes e analisar seus impactos no exercício da liberdade de expressão.

Palavras-chave:

Liberdade de expressão. Remoção de conteúdo. Redes sociais. Direitos fundamentais. Instagram. Marco Civil da Internet.

¹ Discente em Direito pela Universidade Federal Fluminense (Polo Universitário de Volta Redonda-RJ). Membro da Liga Acadêmica de Direito da UFF-VR. Monitor das disciplinas Direito Internacional Público I e Direito Internacional Privado I na UFF-VR.

Regulamentação da cannabis no Brasil e sua relação com a judicialização do direito fundamental à saúde

Henrique Araujo Ferreira da Costa Polite¹

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo analisar e comparar o contexto histórico-social do ordenamento jurídico em relação aos desafios impostos pela burocratização existente para o acesso com finalidade terapêutica da *Cannabis* restando como alternativa única aos que visam o uso das substâncias presentes na planta, recorrerem ao poder judiciário, ocasionando um fenômeno denominado judicialização, que é quando uma problemática de relevância nacional não é sanada pelo poder competente a matéria cabendo ao poder judiciário preencher esse vácuo. Por mais que as duas principais substâncias da *Cannabis*, sendo elas o Tetrahydrocannabinol (THC) e o Canabidiol (CBD), já sejam regulamentadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária para uso em casos excepcionais, o assunto ainda tem muito para avançar diante a inércia do poder executivo para buscar solver as lacunas da lei atual.

Palavras-chave:

Direitos Fundamentais. Anvisa. Saúde. Regulamentação. Judicialização.

¹ Discente do Curso de Direito do Centro Universitário de Volta Redonda – UniFOA.

Análise da integração regulatória do sistema nacional de segurança das barragens

Benevenuto Santos¹; William Oliveira Fernandes da Silva²

RESUMO

A proteção ambiental é um dos objetivos de qualquer atividade econômica em que se utilize de recursos naturais. A Política Nacional de Segurança de Barragens é um desses mecanismos de prevenção a danos ambientais e sociais, principalmente devido à geração de resíduos decorrentes da indústria de mineração. As empresas do setor têm desenvolvido métodos de engenharia para aumentar a produção, eficiência e reduzir custos, mas ainda buscam soluções adequadas para lidar com os resíduos gerados em seus processos. No Brasil, o método mais comum de lidar com rejeitos de atividades de mineração são diques ou barragens. Nesse sentido, percebe-se uma forte e múltipla regulação sobre a atividade de mineração. No caso de barragens, a Lei 12.334/2010, com as adaptações promovidas pela Lei 14.066/2020, estabelece normas para prevenção de acidentes ambientais causados pelo rompimento dessas estruturas, com novas diretrizes para a verificação da segurança e dos depósitos de resíduos tóxicos industriais de qualquer natureza. A presente pesquisa tem por objetivo o estudo das normas de segurança das barragens nas fases de planejamento, projeto e construção, que passa pela atuação da Agência Nacional de Mineração e das entidades federal e estaduais de controle ambiental.

Palavras-chave:

Estado. Mineração. Resíduos. Regulação.

¹ Centro Universitário de Volta Redonda, Volta Redonda, RJ. benevenutofss@uol.com.br

² Centro Universitário de Volta Redonda, Volta Redonda, RJ.

A atenção primária e a parceria público-privada como meios de efetivação do direito à saúde

Leandro Abdalla Ferrer¹; José Mauro Ferrer²

RESUMO

O presente trabalho visa abordar questões sobre a atenção primária e as parcerias público-privadas como meios de efetivar o direito fundamental à saúde, de modo a concretizar o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, núcleo axiológico da Constituição Federal de 1988, trazendo toda a regulamentação constitucional e infraconstitucional sobre o direito à saúde, e como a atenção primária e as parcerias público-privadas podem contribuir para a consumação de tal direito social. Para que a pesquisa fosse possível, houve um levantamento da legislação, bem como da bibliografia, da jurisprudência e as estatísticas sobre os presentes temas. Os principais autores que contribuíram com o trabalho foram Ingo Wolfgang Sarlet, André Cezar Medici, Gilmar Ferreira Mendes, Ricardo Lobo Torres e Barbara Starfield.

Palavras-chave:

Saúde. Efetivação. Público-privada.

¹ Mestrando em Direito pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL). Especialista em Direito Administrativo pelo Instituto Elpídio Donizetti. Especialista em Direito Processual Aplicado pela Escola Paulista de Direito. Graduado em Direito pela Faculdade de São Lourenço. Sócio do Escritório Ferrer, Aon e Vianna Sociedade de Advogados. Coordenador do Núcleo de Prática Jurídica da Faculdade de São Lourenço - UNISEPE. leferrer13@yahoo.com.br.

² Especialista em Direito Civil e Processual Civil com ênfase no Direito do Consumidor pela Universidade Castelo Branco. Graduado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora. Assessor Jurídico da Unimed de São Lourenço Cooperativa de Trabalho Médico. Presidente da Comissão de Direito Cooperativo da 19ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil. Sócio do Escritório de Advocacia Ferrer, Aon e Vianna Sociedade de Advogados. josemauroferrer@yahoo.com.br.

A composição das massas carcerárias no Brasil e os desafios impostos pela pandemia de Covid-19 nas penitenciárias

Beatriz Braga S Thiago Fernandes¹

RESUMO

Este artigo tem como objetivo fazer uma análise da conjuntura social brasileira a partir da criminologia crítica, para compreender as raízes da construção das massas carcerárias, analisando as razões pelas quais a sociedade brasileira - inserida no sistema capitalista e na América Latina - segue estruturada sobre desigualdades sociais. Para alcançar a objetividade necessária, busca-se contornar a realidade penitenciária centrada na Região Sudeste do país, expondo um Estado que seleciona classes marginalizadas para compor a população prisional, criando ambientes juridicamente propícios para o abuso de penas. Com o advento de um vírus potencialmente letal e com altíssima capacidade de transmissão, os presos encontram-se muitas vezes sem assistência médica, com ambientes ambulatoriais insatisfatórios aos cuidados dos sintomas do Novo Coronavírus. Conjuntamente, pretende-se demonstrar a realidade penitenciária do país, revelando como as instituições têm agido de forma a preservar os Direitos dos Presos - em especial o direito à saúde - no contexto da pandemia do novo coronavírus.

Palavras-chave:

Criminologia crítica. Sistema penitenciário. Covid-19. CNJ.

¹ Centro Universitário de Volta Redonda, UniFOA).

A construção da cidadania nas fases da infância e juventude por meio da educação em direitos humanos

Isaura Maria dos Santos Fortes¹; Mario Augusto de Souza²

RESUMO

O presente trabalho objetiva analisar, por meio de pesquisa bibliográfica e documental, a cidadania nas fases da infância e da juventude. Para tanto, são feitas algumas considerações conceituais sobre a cidadania, sobre a condição de sujeitos de direitos e deveres das crianças e os adolescentes, sobre as teorias que versam acerca da cidadania nessas fases da vida, bem como sobre a educação enquanto instrumento essencial para a promoção da cidadania desses personagens. Concluiu-se que tanto as crianças como os adolescentes gozam da cidadania, enquanto um direito que exige atuação do Estado, além de observância dos direitos e deveres que lhe são próprios, e que a educação em direitos humanos é ferramenta pedagógica essencial para a concreção da cidadania na infância e na juventude.

Palavras-chave:

Criança, adolescente. Cidadania. Educação. Direitos humanos.

¹ Professora do Centro Paula Souza. Licenciada em Pedagogia pela Universidade Metodista. Licenciada em História pela Faculdade Mozarteum de São Paulo. Bacharel e Licenciada em Computação pela Universidade de Taubaté. Especialista em Redes de Computadores pela Universidade Federal de Lavras. isaura.santos@etec.sp.gov.br

² Professor do Centro Paula Souza. Mestre em Direitos Sociais, Difusos e Coletivos pela UNISAL – Lorena. Licenciada em Pedagogia pela Universidade de Taubaté. Mario.souza5@etec.sp.gov.br

A importância do poder discricionário nas punições ocorridas no processo administrativo disciplinar

Tiago da Silva Santos¹; Luiz Claudio Gonçalves Junior (Orientador)²

RESUMO

O processo administrativo disciplinar tem por função precípua apurar infrações disciplinares cometidas por seus agentes no exercício da função. Para isso, faz uso dos poderes que a Administração Pública lhe confere, em especial, o poder vinculado e o poder discricionário. É neste sentido que a Administração Pública corrige, repara e impõe sanções aos seus agentes, inclusive, terceiros que estejam em conluio com os mesmos. O objetivo geral dessa pesquisa é analisar as prováveis sanções que podem ser atribuídas aos agentes públicos e terceiros envolvidos nos ilícitos praticados contra a Administração Pública. Como objetivo específico, essa pesquisa pretende mostrar de que maneira o administrador pode atuar para impor uma sanção ao administrado, fazendo uso do poder discricionário em sua decisão final. A pesquisa se justifica pois o administrador faz uso de um juízo de conveniência e oportunidade para tomar a sua decisão, o que pode acarretar prejuízo ao Estado, caso os limites legais e éticos não sejam respeitados.

Palavras-chave:

Processo administrativo disciplinar. Punições. Poder discricionário.

¹ Aluno do Curso de Direito no Centro Universitário de Volta Redonda – UniFOA.

² Professor e pesquisador do Centro Universitário de Volta Redonda – UniFOA Doutor em Educação (UNIMEP) e Mestre em Biodireito, Ética e Cidadania (UNISAL).

A tributação como ferramenta de garantia da segurança alimentar e nutricional

Juliane da Silva Ramos¹; Ariadne Yurkin Scandiuzzi¹

RESUMO

O presente trabalho aborda a tributação como forma jurídica de garantir a segurança alimentar e nutricional dos brasileiros. A sustentação se dá a partir das nuances extrafiscais das tributações, abordando a aplicabilidade e os princípios constitucionais que norteiam o mecanismo, bem como trabalhando a segurança alimentar e nutricional em sua dimensão alimentar e nutricional, trazendo a partir da abordagem extrafiscal dos tributos as condições de garantia de cada uma. Seu objetivo é identificar se os mecanismos extrafiscais da tributação podem ser determinantes na garantia da segurança alimentar (SA), podendo através destes o poder público atuar tanto na garantia do acesso à alimentação quanto na dimensão nutricional da SA. Esta pesquisa tem o propósito descritivo, utilizando a abordagem qualitativa. Serão utilizados os procedimentos de análise de documentos, estudo de caso, análise de dados secundários e revisão bibliográfica.

Palavras-chave:

Segurança alimentar. Nutricional. Extrafiscalidade

¹ Centro Universitário de Volta Redonda, UniFOA.

A personalidade virtual como forma de prevenção dos danos morais na internet

Yuri Nunes Macedo¹; Marise Baptista Fiorenzano Henrichs (Orientadora)²

RESUMO

Hodiernamente, as relações interpessoais são frequente e comumente realizadas por meio de dispositivos eletrônicos conectados à *internet*. Redes sociais, aplicativos e jogos tornaram-se ambientes de interação social. No entanto, não só benefícios e praticidades trouxeram os meios virtuais, já que possibilitaram também muita impunidade, principalmente no que tange aos ilícitos contra os direitos da personalidade. Enquanto sob a alcunha de um usuário na *internet*, pouco pode-se saber sobre quem é a pessoa natural que está causando danos a outrem, e isso dificulta grandemente a prevenção e repressão destes ocorridos infelizes. Portanto, propõe-se a ideia da personalidade virtual, um instituto jurídico novo na legislação brasileira – mas que não encontra óbice no atual ordenamento jurídico –, que facilitaria a responsabilização daqueles que se valem do anonimato parcial ou completo que as redes proporcionam para atacar seus pares.

Palavras-chave:

Personalidade virtual. Danos morais. Direitos da personalidade.

¹ Centro Universitário de Volta Redonda, UniFOA.

² Mestre em ensino em Ciências da Saúde e do Meio Ambiente. UniFOA

GT III: O Estado e os Direitos Fundamentais

Acesso à justiça: um estudo acerca de suas ondas e seus obstáculos

Jullia Alexia Fusco Teixeira Ferreira¹; Cora Hisae Monteiro da Silva Hagino (Orientadora)²

RESUMO

O presente artigo tem por objeto a análise das três ondas de acesso à justiça idealizadas por Mauro Capelletti e Bryant Garth em sua obra atemporal “Acesso à Justiça” (1988), cujo objetivo é compreender os aspectos que as fundamentam. De mesmo modo, trataremos da concepção da justiça a fim de depreendermos como se daria o acesso a esta, uma vez que não se limitaria no mero ingresso ao Judiciário. Por fim, também abordaremos quanto aos três obstáculos do acesso à justiça propostos na obra, visto que concluímos ser de suma importância elucidar estes aspectos de decesso à justiça, para que seu acesso seja de fato efetivado.

Palavras-chave:

Acesso à Justiça. Poder Judiciário. Políticas Públicas.

¹ Discente do oitavo período do curso de Direito e pesquisadora iniciante da Fundação Oswaldo Aranha – Centro Universitário de Volta Redonda – UniFOA.

² Doutora em Direito pela Universidade de Coimbra, Portugal. Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense; e, bacharel em Direito pela Universidade Federal Fluminense.

Cibercrimes e seus impactos na esfera jurídica

Luiz Claudio Gonçalves Junior¹

RESUMO

Não há como negar que a sociedade contemporânea experimenta uma intensa globalização da inovação tecnológica. Isso promove impactos consideráveis na área econômica, mas também em questões sociais, culturais, científicas e políticas. No âmbito jurídico, vislumbra-se o aumento na execução de crimes no ambiente virtual. O objetivo geral desta pesquisa é demonstrar as principais características e a evolução do cibercrime, bem como, as dificuldades atuais para o seu enfrentamento. O objetivo específico é apontar a necessidade de harmonização da legislação nacional com a Convenção de Budapeste, documento internacional, criado para coibir essa prática diante do seu elevado impacto na esfera jurídica. Essa pesquisa se justifica porque o Brasil tem acordos de cooperação internacional no combate ao crime, ainda que tímidos. Além disso, o país tem legislações especiais voltadas para os crimes praticados por meio da internet. Portanto, é urgente tratar essa temática de forma a criar mecanismos mais efetivos de combate ao cibercrime em consonância com a legislação estrangeira.

Palavras-chave:

Cibercrimes. Tecnologia. Impactos. Esfera Jurídica

¹ Professor e pesquisador do Centro Universitário de Volta Redonda – UniFOA. Doutor em Educação (UNIMEP) e Mestre em Biodireito, Ética e Cidadania (UNISAL) lclaudiojr@uol.com.br

Discussões jurídicas sobre a inseminação artificial caseira

Juliana de Paula Nascimento¹; Luiz Claudio Gonçalves Junior (Orientador)²

RESUMO

Para mudar o panorama de infertilidade no mundo, foram criadas técnicas de reprodução humana assistida, como a inseminação artificial. Porém, pessoas leigas têm optado pela inseminação artificial caseira, técnica mais acessível financeiramente, mas sem supervisão médica. Com isso, o artigo tem por objetivo discutir sobre as complicações jurídicas, biológicas e bioéticas desta prática, por meio de uma revisão bibliográfica utilizando artigos, revistas, estudo de casos e resoluções do Conselho Federal de Medicina do Brasil. O procedimento caseiro não possui restrições, entretanto, a prática entra em contradição com as leis vigentes no país, como o anonimato do doador. Desta forma, pode-se propagar critérios racistas e discriminatórios de seleção. Além disso, pode-se aumentar as infecções sexualmente transmissíveis, e os casais homoafetivos podem apresentar dificuldades na filiação de seus filhos. Contudo, deve-se criar legislações que alertem a população dos riscos causados por esta prática, uma vez que ela causa transformações nas relações familiares, bem como, permite refletir sobre a dignidade da pessoa humana.

Palavras-chave:

Inseminação artificial caseira. Discussão jurídica. Revisão bibliográfica. Bioética.

¹ Discente do Curso de Direito – Centro Universitário de Volta Redonda - UniFOA.

² Professor e pesquisador do Centro Universitário de Volta Redonda – UniFOA. Doutor em Educação (UNIMEP) e Mestre em Biodireito, Ética e Cidadania (UNISAL).lclaudiojr@uol.com.br

Novo marco regulatório do saneamento básico

*Juliana de Castro dos Santos¹; Willian Soares Carvalho; Yasmim Guimarães Vilela Pinto;
Benevenuto Santos (Orientador)²*

RESUMO

A Lei 14.206/2020 introduziu alterações importante no marco regulatório dos serviços públicos de saneamento básico. Dentre essas mudanças importantes, têm-se o estabelecimento de padrões de referência para o setor, além do papel desempenhado pela União no estímulo ao novo modelo privatizante. Por outro lado, a nova Lei limitou a autonomia dos entes federados, ao vedar a instituição dos contratos de programa em saneamento. A competência para as diretrizes gerais dos serviços de saneamento é da União, mas os municípios e os Estados, estes em regiões metropolitanas, assumem a titularidade na prestação e na regulação. O presente estudo tem por objetivo analisar as inovações trazidas pela Lei 14.026/2020 na condução das políticas públicas das etapas fornecimento de água potável e de tratamento de esgotos domésticos. As novas orientações nacionais decorrem do déficit de investimento no setor, sendo que um pouco mais de metade da população brasileira tem acesso à rede de esgotos e ao tratamento de dejetos residenciais. A importância do tema é demonstrada na necessidade urgente de se promover melhorias nas condições de saúde da população, aliada à preservação da fonte hídrica.

Palavras-chave:

Estado. Saneamento básico. Águas e esgotos. Regulação. Privatização.

¹ Discente do Curso de Direito – Centro Universitário de Volta Redonda - UniFOA.

² Docente do Centro Universitário de Volta Redonda - UniFOA.

O direito à alimentação em tempos de pandemia (Covid 19)

Daniella Souza Santos de Carvalho¹; Malena Aquino da Silva²; Darlan Alves Moulin³

RESUMO

A presente pesquisa visa analisar o direito à alimentação em tempos de pandemia (covid-19), um direito fundamental ao ser humano e a sua dignidade. Questiona-se, como problemática, se o Estado e a sociedade têm se utilizado dos instrumentos necessários para a efetivação desse valioso direito, uma vez que o isolamento social instituído pelo Poder Público fomentou mais a fome em decorrência das desigualdades sociais. Cogita-se que o Estado deve se valer de políticas públicas para a efetivação dos direitos fundamentais, hipótese confirmada à luz de diversas pesquisas realizadas, nas quais se observou de forma preventiva instrumentos eficazes para a concretização dos direitos. Além disso, objetiva-se demonstrar a importância da efetivação do direito à alimentação como instrumento de proteção à dignidade da pessoa humana. Desta forma, conclui-se que as criações de meios alternativos para suprir a falta de alimento para famílias em estado de vulnerabilidade, não são suficientes para combater a fome. Para tanto, utilizou-se os métodos crítico, de revisão bibliográfica e análise de livros, doutrinas e artigos científicos.

Palavras-chave:

Direitos humanos e fundamentais. Dignidade da pessoa humana. Direito social.

¹ Bacharel em Direito pela Universidade Estácio de Sá (UNESA/RJ), e-mail: dannisantos.1980@gmail.com; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4977575897915108>

² Advogada, bacharel em direito pela Universidade Estácio de Sá (UNESA/RJ), e-mail: aquinos.malena@gmail.com; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3650288705919760>

³ Mestre em Direitos Sociais, Difusos e Coletivos. Professor de Direito Constitucional, Financeiro e Tributário na Universidade Estácio de Sá – UNESA/RJ. Pesquisador bolsista do Programa Pesquisa Produtividade da UNESA/RJ. E-mail: darlan.moulin@estacio.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9695783352656464>

O enfrentamento às práticas de tortura no Brasil

Ana Carolina Oliveira de Carvalho¹; Beatriz Braga S Thiago Fernandes¹; Cindy Lopes Ribeiro¹; Maria Eduarda Lourenço da Silva¹; Cora Hisae Monteiro da Silva Hagino (Orientadora)²

RESUMO

O presente artigo visa analisar o emprego de métodos de tortura por instituições integrantes do Estado brasileiro no decorrer da formação da sociedade civil nacional, como o DOI/CODI, nos anos de chumbo, e o período do Estado Novo (1937-1945). Para tanto, contextualiza a relevância histórica da existência dos mecanismos de tortura no país, e os desdobramentos do passado militar brasileiro na realidade das relações estabelecidas entre os cidadãos e o Estado. Para investigar os resquícios destas práticas de violação dos direitos humanos, que recorrem ao uso da violência como um meio de se alcançar a máxima “paz e ordem”, o trabalho possibilita o entendimento de que a tipificação das violações à dignidade humana traz relevância às normas, mas não suficiência. Pretende-se observar que, uma vez que os direitos humanos são mais que instrumentos normativos, os mesmos devem funcionar como enfrentamento à prática e aos resquícios e desdobramentos do uso da tortura de forma sistêmica, que são recorrentes na história do país, para que não se caia em redundância de mera posituação destes direitos.

Palavras-chave:

Tortura. Direitos humanos. DOI/CODI. Estado Novo.

¹ Discente do Curso de Direito – Centro Universitário de Volta Redonda - UniFOA.

² Doutora em Direito pela Universidade de Coimbra, Portugal. Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense; e, bacharel em Direito pela Universidade Federal Fluminense.

O feminismo islâmico na invasão Talibã de 2021

Izabelle Maria Patitucci de Azevedo¹; Anna Flávia Carvalho Sampaio¹; Bárbara Araújo Diniz Ferreira¹; Bernardo Mendonça Calina¹; Isabela Miguel de Carvalho¹; Katia Rogéria Fonseca¹; Daniele do Amaral Souza Cavaliere (Orientadora)²

RESUMO

O presente artigo tem como tema central o feminismo islâmico. Entendendo os direitos das mulheres como direitos humanos, se faz uma análise da invasão Talibã em 2021 e suas consequências. O movimento feminista islâmico luta desde a década de 80 pelos direitos das mulheres afegãs, para sua saída do setor privado para o público. Analisando o contexto histórico da invasão dos EUA em 2001 e retirada das tropas em 2021, entendemos os interesses estadunidenses em terras afegãs. Analisando o grupo Talibã, suas crenças e práticas, percebemos a retirada de direitos femininos. E por fim, ao estudarmos o feminismo islâmico, reconhecemos a luta constante por direitos humanos no Oriente Médio. A principal metodologia utilizada foi a análise bibliográfica, jornalística e de dados, bem como a análise legal com viés jurídico-sociológico.

Palavras-chave:

Talibã. Afeganistão. Feminismo Islâmico. Direitos Humanos.

¹ Discente do Curso de Direito – Centro Universitário de Volta Redonda - UniFOA.

² Mestre em Ensino em Ciências da Saúde e do Meio Ambiente (UniFOA). Docente do curso de Direito do Centro Universitário de Volta Redonda (UniFOA)

Operações policiais no Estado do Rio de Janeiro: uma análise da violência aplicada e o descumprimento da ADPF 635

Brenda M. Keller¹; Juliana de C. dos Santos¹; Kátia R. Fonseca¹; Yasmin de S. G. Vilela Pinto¹; Cora Hisae Monteiro da Silva Hagino (Orientadora)²

RESUMO

O objeto de estudo desta pesquisa é as operações policiais no interior das comunidades do Estado do Rio de Janeiro, mais precisamente a questão da letalidade policial e a violação da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 635, que objetiva restringir a hipóteses excepcionais a realização de tais intervenções durante o período da pandemia da Covid-19. O descumprimento desta medida cautelar resultou na operação na comunidade do Jacarezinho em maio de 2021, que foi a mais letal já vivenciada. A metodologia utilizada na elaboração deste artigo é qualitativa e quantitativa e os métodos e técnicas de pesquisa usados são: análise de dados quantitativos, casos concretos e julgados. O presente trabalho tem por finalidade analisar os fatos que levaram o STF a conceder a medida cautelar (ADPF 635) e por fim, observar a ineficácia da segurança pública por parte de seus agentes e órgãos de fiscalização e como tal fato contribui para a permanência da violência policial e conseqüentemente, para os percentuais estarecedores de sua letalidade, a qual parece direcionar-se exclusivamente a grupos historicamente reprimidos, ou seja, pobres, em sua maioria negros.

Palavras-chave:

Violência policial. Operações policiais. ADPF 635. Letalidade policial. Direito à vida. Segurança pública. Direitos Humanos.

¹ Discente do Curso de Direito – Centro Universitário de Volta Redonda - UniFOA.

² Doutora em Direito pela Universidade de Coimbra, Portugal. Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense; e, bacharel em Direito pela Universidade Federal Fluminense.

Medida Provisória nº 966/2020 – responsabilização de agentes públicos por ação e omissão em atos relacionados com a pandemia da Covid-19

Tatiana Oliveira Castro¹; Benevenuto Santos (Orientador)²

RESUMO

O enfrentamento à Pandemia da Covid-19 tem provocado situações específicas na condução dos assuntos de saúde pública e da administração médico-hospitalar. A potencialidade de colapso na rede pública de atendimento hospitalar e a necessidade de controle das condutas sociais foram objetos de regulamentação por lei, decretos do executivo e resoluções por parte de autoridades reguladoras. De um lado, as carências e necessidades da população, do outro a falta de instrumentos eficazes de tratamento da pandemia a saúde. Legislar no caos permite tomadas de atitudes incoerentes, prejudiciais, que vão impactar no todo coletivo, e a tendência é sempre o lado mais frágil se prejudicar mais. Assim sendo, o estudo apresentado objetiva estudar os impactos da Medida Provisória 966/2020, que estabelece aspectos norteadores para a responsabilização de agentes públicos por condutas omissivas ou comissivas relacionadas à Pandemia do Covid-19. Diante disso, torna-se importante a análise da responsabilização em função da má prestação, ausência de prestação ou prestação tardia dos serviços públicos de saúde, em todas as esferas de governo, conforme as atribuições conferidas pela legislação orgânica do SUS nas ações de repercussão local, regional ou nacional.

Palavras-chave:

Estado. Pandemia. Resíduos. Responsabilidade;

¹ Discente do Curso de Direito – Centro Universitário de Volta Redonda - UniFOA.

² Docente do Curso de Direito – Centro Universitário de Volta Redonda - UniFOA.

Teoria do cenário bomba relógio: aspectos éticos do uso da tortura

Ana Carolina Oliveira de Carvalho¹; Beatriz Braga S Thiago Fernandes¹; Cindy Lopes Ribeiro¹; Maria Eduarda Lourenço da Silva¹; Cora Hisae Monteiro da Silva Hagino (Orientadora)²

RESUMO

O presente artigo busca discorrer sobre a ética e a efetividade dos direitos humanos diante da Teoria do cenário bomba relógio, que se trata de uma situação extrema e emergencial na qual um agente estatal, com o propósito de obter informações específicas e essenciais, tortura suspeitos de conhecer ou integrar planos de ataques terroristas iminentes. Procura-se trazer à tona um debate sobre o alcance da positivação dos direitos humanos e da vedação da prática da tortura. Pretende-se concluir que, mesmo diante das justificantes que visam a preponderância da tutela da maioria nos casos de iminência de ataques terroristas, é intransponível a proteção aos direitos humanos, não podendo admitir exceções que visem aplicar métodos cruéis de investigação. Para tal, encontra-se fundamento na moral Kantiana, que parece sustentar o posicionamento ético adotado pelo Direito Internacional na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Palavras-chave:

Tortura. Direitos humanos. Moral Kantiana. Teoria bomba relógio.

¹ Discente do Curso de Direito – Centro Universitário de Volta Redonda - UniFOA.

² Doutora em Direito pela Universidade de Coimbra, Portugal. Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense; e, bacharel em Direito pela Universidade Federal Fluminense.

Testamento vital: uma reflexão acerca da possibilidade da efetivação da dignidade humana do paciente com Covid-19

Maria Cristina Alves Delgado de Ávila¹; Thiago de Souza Modesto²

RESUMO

A pandemia do COVID-19 reaqueceu as temáticas afetas à vida, morte e saúde. Nessa seara, com a crescente agressividade da doença e as impactantes imagens de hospitais públicos e privados abarrotados de pacientes em situação crítica, diversas pessoas discutem sobre quais procedimentos médicos gostariam ou não de se submeterem em situações nas quais não possam manifestar sua vontade. A conta disso, o testamento vital pode ser apontado como uma alternativa para que os pretensos pacientes acometidos pelas moléstias decorrentes do vírus SARS-CoV-2 manifestem suas vontades concernentes as questões afetas à saúde. Buscando cumprir com a autonomia da vontade do paciente, aliada a dignidade da pessoa humana, tem-se que o testamento vital, em que pese a ausência legislativa, poderia ser um instrumento eficaz a garantir a vontade do paciente. Logo, o presente artigo propõe-se, por via de revisão bibliográfica, analisar de que forma o testamento vital poderia contribuir com a efetivação dos direitos fundamentais dos pacientes em estado grave com COVID-19. O tema se justifica em vista do momento de pandemia que ainda vivenciamos em nossa sociedade.

Palavras-chave:

COVID-19. Testamento vital. Direitos fundamentais. Autonomia da vontade do paciente.

¹ Mestre em Biodireito, Ética e Cidadania. Professora do Centro Universitário de Barra Mansa - UBM. Pesquisadora do NUPED – Núcleo de pesquisa do curso de Direito. cristina.delgado@uol.com.br.

² Mestrando em Direito Público e Evolução Social e especialista em Direito Civil e Processo Civil pela Universidade Estácio de Sá - UNESA. Coordenador do Núcleo de Práticas Jurídicas e professor do Centro Universitário de Barra Mansa - UBM. thiagomodesto.adv@hotmail.com.

Violência contra a mulher indígena: o feminismo indígena e a tecnologia como mecanismos de combate ao crime de estupro nas aldeias

Isabela Miguel de carvalho¹; Anna Flávia Carvalho Sampaio¹; Bárbara Araújo Diniz Ferreira¹; Bernardo Mendonça Calina¹; Izabelle Maria Patitucci de Azevedo¹; Katia Rogéria Fonseca¹; Daniele do Amaral Souza Cavaliere (Orientadora)²

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o percurso histórico e social das mulheres, principalmente as indígenas, assim como analisar e identificar a possibilidade do feminismo indígena e a tecnologia serem efetivos aliados no combate à violência contra a mulher indígena nas aldeias no Brasil. A metodologia utilizada será análise bibliográfica e de dados e análise legal com viés jurídico-sociológico. Como resultado preliminar, observa-se que, não obstante o feminismo indígena não se encontrar presente em todas as aldeias, o movimento ganhou destaque nos últimos tempos e auxiliou na denúncia de práticas discriminatórias contra as mulheres; além disso, com a democratização da internet nas aldeias, a tecnologia pode ser vista como mecanismo de combate ao crime de estupro de mulheres indígenas, principalmente se utilizada pelo movimento feminista indígena para promover acesso à informação, facilidade na efetivação de denúncias, rede de apoio, passos importantes na luta contra as violações aos direitos humanos da mulher. Dessa forma, importante incentivar a expansão, o reconhecimento e o empoderamento do movimento feminista indígena.

Palavras-chave:

Feminismo. Indígena. Estupro. Tecnologia.

¹ Discente do Curso de Direito – Centro Universitário de Volta Redonda - UniFOA.

² Mestre em Ensino em Ciências da Saúde e do Meio Ambiente (UniFOA). Docente do curso de Direito do Centro Universitário de Volta Redonda (UniFOA)

GT IV: Criminologia, Racismo e Exclusão Social

O racismo estrutural no futebol: caso Gerson

Dean Araújo de Almeida¹

RESUMO

O Racismo é um fenômeno mundial, ao qual assola o mundo há décadas ou até mesmo séculos. No Brasil, apesar de possuímos a maioria da população que se autodeclara negra, o racismo continua sendo um problema que aflige nossa sociedade e no esporte não seria diferente, sendo recorrente os casos de racismo dentro dos estádios de futebol até mesmo sendo cometido por atletas. Diante disto, o presente trabalho busca elucidar sobre o racismo no futebol, sua investigação e punições através da óptica do caso Gerson, ex jogador de futebol do Flamengo. O estudo se dará através de análise documental e jurisprudencial para análise do rigor da justiça desportiva e comum para punir os atletas que cometem atos racistas.

Palavras-chave:

Racismo. Futebol. Justiça Desportiva.

¹ Discente do Curso de Direito – Centro Universitário de Volta Redonda - UniFOA.

O acesso a tratamentos de transtorno do espectro autista (TEA): uma análise crítica do rol de procedimentos da ANS

Gabriel Alves de Souza¹; Mayara Costa Simões Gama¹; Ester Lúcia de Moraes¹; Uiliana Amorim da Silva¹

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo propor uma análise crítica sobre o rol de procedimentos da agência nacional de saúde (ANS), mais precisamente no que tange a respeito dos procedimentos que tratam o Transtorno do Espectro Autista (TEA). Analisando para isso a extensão dos tratamentos listados e seus respectivos efeitos, traçando um comparativo com procedimentos que não são abarcados pelo rol e que possuem eficácia comprovada perante diversos testes na área. Em seguida, busca compreender a questão destes tratamentos não serem listados pela ANS, propondo ainda, uma reflexão de como este fato reduz a devida inclusão de pessoas do espectro em nossa sociedade, sobretudo nesta área onde acabam por não disporem de todos os meios de tratamento hoje existentes.

Palavras-chave:

Direitos humanos. Inclusão social. Tratamentos. Espectro autista.

¹ Discente do Curso de Direito – Centro Universitário de Volta Redonda - UniFOA.

O acordo de não persecução penal e os impactos ao crime de injúria racial

Laura Cristinne T. de O. da Silva¹; Juliana de C. dos Santos¹; Cora Hisae Monteiro da Silva Hagino (Orientadora)²

RESUMO

Essa pesquisa tem como objeto de estudo os impactos do Acordo de Não Persecução Penal (ANPP) na punibilidade do Crime de Injúria Racial, com foco na discricionariedade do Ministério Público brasileiro. Pretende-se estudar de forma ampla o artigo 28-A do Código de Processo Penal brasileiro trazido pela legislação extravagante denominada Pacote Anticrime (Lei 13.964 de 2019). A pesquisa se desenvolverá a partir da análise documental como base metodológica e tem como objetivo demonstrar que o ANPP nos casos de Injúria Racial é um retrocesso na luta antirracista, bem como uma violação de direitos constitucionais. Além do ANPP beneficiar os acusados do crime de injúria racial, deixa de promover uma justiça racial efetiva. A contribuição da presente pesquisa se dá para que o posicionamento do Ministério Público se firme no sentido de que seja incabível o Acordo de Não Persecução Penal nos casos de Injúria Racial.

Palavras-chave:

Injúria Racial. Acordo de Não Persecução Penal. Discricionariedade do Ministério Público.

¹ Discente do Curso de Direito – Centro Universitário de Volta Redonda - UniFOA.

² Doutora em Direito pela Universidade de Coimbra, Portugal. Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense; e, bacharel em Direito pela Universidade Federal Fluminense.

Teoria e prática da execução penal no Brasil e propostas de melhoria

Lucas Salamargo Jacob¹

RESUMO

Trata-se de artigo decorrente de trabalho de conclusão de curso cujo tema fora a análise teórica e prática na execução penal no Brasil, em especial a realidade nas penitenciárias brasileiras, o poderio das facções criminosas e sua capacidade de comando nas prisões, a viabilidade da implementação de instituições previstas para os regimes semiaberto e aberto, bem como para a realização do exame criminológico, além de a verificação orçamentária e administrativa dos recursos repassados pelo Fundo Penitenciário. Durante o estudo do trabalho, averiguou-se a relevância da atuação das facções nas prisões, principalmente para alcance dos direitos que, embora previstos em lei, necessitam de conluio dentro do presídio, além da grande ausência de instituições voltadas para os regimes semiaberto e aberto, de assistência ao egresso e de realização do exame criminológico. Por fim, restou comprovado que a aplicação dos recursos do Fundo Penitenciário vem sofrendo uma diminuição desde 2017, mesmo com decisão do STF determinando o cumprimento de valores que estavam contingenciados.

Palavras-chave:

Sistema Penitenciário. Execução Penal. Criminologia.

¹ Discente do 10º Período do Curso de Direito – Centro Universitário de Volta Redonda - UniFOA.

A garantia da dignidade da pessoa humana concretizada pela instituição do nome social: um debate sobre o direito ao esquecimento e o Decreto nº 8.727/2016

*Anderson Luiz Ribeiro¹; Gabriel Floriana de Andrade Dutra da Rocha²; Patrícia Donega
Pessoa de Araújo Peixoto³*

RESUMO

Tendo em vista o debate atual acerca do direito ao esquecimento, a presente pesquisa correlacionou este tema com o instituto do nome social, regulamentado no ordenamento brasileiro pelo Decreto nº 8.727/2016. A pesquisa tratou dos dois conceitos como meios de garantia da dignidade da pessoa humana, especialmente das pessoas transgênero, e dos direitos da personalidade. Para tanto, desenvolveu a discussão do tema com vistas a confirmar o vínculo existente entre os direitos que são inerentes à pessoa, por sua natureza, e fundamentais para a promoção da dignidade. A dignidade da pessoa humana e os direitos da personalidade se conectam por terem o mesmo fim: garantir o desenvolvimento livre e pleno da pessoa. Além disso, procurou esclarecer do que se trata a identidade de gênero e a essencialidade do respeito ao nome social. A metodologia de pesquisa, até aqui, se fundamentou na análise dos dados coletados a partir da revisão bibliográfica. Assim, entendeu que os efeitos do direito ao esquecimento se tornam uma ferramenta eficaz, capaz de garantir que a dignidade da pessoa transgênero que adotou o nome social não seja violada por qualquer negativa ao reconhecimento de sua identidade.

Palavras-chave:

Gênero. Identificação. Personalidade. Registro. Transgênero.

¹ Docente do UGB/FERP Campus Barra do Pirai-RJ.

² Discente do curso de Direito do UGB/FERP Campus Barra do Pirai-RJ.

³ Discente do curso de Direito do UGB/FERP Campus Volta Redonda-RJ.

Abandono afetivo por genitores: consequências jurídicas e psicológicas

*Gabrielly Dias¹; Isabelly Lazaroni¹; Júlia Bastos¹; Daniele do Amaral Souza Cavaliere
(Orientadora)²*

RESUMO

Trata-se de artigo acadêmico com a finalidade de apresentar e detalhar o abandono afetivo por parte dos genitores, as consequências que tal conduta gera para a criança ao longo de sua vida e a profundidade do dano causado, eis que a mesma pode ser afetada pela ausência dos deveres da paternidade de forma imensurável. A luz de todo o exposto, destaca-se a possibilidade de aplicação da Responsabilidade Civil para que o(a) genitor(a) que realizou tal conduta seja obrigado a indenizar o(a) abandonado(a) sob os entendimentos do Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal, baseando-se em fatos, na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Palavras-Chave:

Abandono afetivo. Genitores. Criança.

¹ Discente do 7º período do curso de Direito do Centro Universitário de Volta Redonda - UniFOA.

² Mestre em Ensino em Ciências da Saúde e do Meio Ambiente (UniFOA). Docente do curso de Direito do Centro Universitário de Volta Redonda (UniFOA.)

O princípio do melhor interesse da criança e do adolescente sob o viés da guarda compartilhada

Laura A. V. Eller¹; Laura S. da S. Cardoso¹; Luisa H. M. Godinho¹; Poliana de A. Bittencourt¹; Hélio de Lena Junior²

RESUMO

O presente trabalho possui o objetivo de expor o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente através da fixação da guarda compartilhada. O princípio em questão é incorporado pelo ordenamento jurídico brasileiro para assegurar às crianças e aos adolescentes um desenvolvimento saudável, com a preservação dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana. Através da análise doutrinária e jurisprudencial, busca-se analisar qualitativamente como a guarda compartilhada visa pela preservação dos interesses das crianças e adolescentes no cotidiano das famílias brasileiras. Valendo salientar que tal modalidade de guarda presume que os direitos e deveres em relação às crianças e adolescentes sejam conjuntos aos responsáveis, ou seja, compartilha-se a responsabilidade.

Palavras-chave:

Direito de família. Princípio do melhor interesse da criança e do adolescente. Guarda compartilhada.

¹ Discente do Curso de Direito – Centro Universitário de Volta Redonda - UniFOA.

² Docente do Curso de Direito – Centro Universitário de Volta Redonda - UniFOA.

Descortinar sobre o assédio em ambiente universitário

Érica de Aquino Paes¹; Gabriela Quinhones de Souza²; Luciane da Costa Moás³

RESUMO

O ambiente universitário é marcado por seu pluralismo de ideias, corpos, concepções, em que a inclusão deve ser observada a todo instante. Todavia, como parte da sociedade, é também agressivo, violento e opressor. Assim, pode parecer paradoxal, mas o assédio em ambiente universitário é histórico, silenciado e subnotificado, como também acontece na sociedade. O assédio pode ocorrer em qualquer espaço da universidade: salas de aula, corredores, bibliotecas, em ambiente remoto de aulas e nas redes sociais; bem como pode ser praticado por qualquer pessoa: discente, docente, técnicos administrativos etc. O presente trabalho tem por finalidade trazer à discussão tema tão importante para a segurança do convívio universitário, bem como propiciar o debate para que comportamentos assediosos sejam combatidos; aumentando a consciência da população acadêmica com viés à proteção da dignidade da pessoa humana da vítima do assédio. A metodologia utilizada será a de revisão bibliográfica e análise de situações em concreto noticiadas na imprensa.

Palavras-Chave:

Assédio Moral. Universidade. Violência.

¹ Doutora em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; Mestre em Direito pela Universidade Gama Filho; Residente Jurídica (Pós-Graduação Lato Sensu) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Graduada em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora Adjunta do Departamento de Ciências Jurídicas do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

² Doutoranda pela Universidade Autónoma de Lisboa (UAL); Mestre em Direito pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL); graduada pela Universidade Gama Filho. Professora Assistente do Departamento de Ciências Jurídicas do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); Coordenadora do Núcleo de Prática Jurídica da UFRRJ.

³ Doutora em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Mestre em Direito pela Faculdade de Direito da UERJ; Graduada em Direito pela Faculdade de Direito da UERJ. Professora Associada do Departamento de Ciências Jurídicas do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Representatividade feminina nos cargos de decisão do Ministério Público Brasileiro

Brenda M. Keller¹; Jullia A. F. T. Ferreira¹; Juliana de C. dos Santos¹; Cora Hisae Monteiro da Silva Hagino (Orientadora)²

RESUMO

O objeto de estudo desta pesquisa é a representatividade feminina no Ministério Público, mais precisamente em seus órgãos superiores, e como os cargos de agentes da justiça e operadores do direito tem em sua composição uma maioria masculina. A metodologia usada na elaboração deste artigo é qualitativa e quantitativa e os métodos e técnicas de pesquisa utilizada serão: a análise documental e de dados quantitativos. O objetivo desse trabalho é observar a representatividade feminina entre os cargos de liderança da Justiça no Brasil. Pretende-se compreender o que limitaria a chegada das mulheres de forma efetiva aos cargos de poder decisório em instituições como o Ministério Público. Esta pesquisa contribui para a busca de soluções a fim de viabilizar ações e fortalecer políticas públicas aplicáveis à promoção da igualdade de gênero em cargos do Judiciário.

Palavras-chave:

Representatividade Feminina. Ministério Público. Cargos de liderança.

¹ Discente do Curso de Direito – Centro Universitário de Volta Redonda - UniFOA.

² Doutora em Direito pela Universidade de Coimbra, Portugal. Mestre em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal Fluminense; e, bacharel em Direito pela Universidade Federal Fluminense.

Sistema nacional de adoção - SNA: a construção de instrumentos facilitadores para a localização de famílias substitutas

Paula de Almeida Pereira¹

RESUMO

O objetivo do texto é debater o Sistema Nacional de Adoção - SNA como instrumento facilitador de busca de famílias, brasileiras ou estrangeiras, interessadas em adotar crianças e adolescentes em condições de serem adotadas no país. Criado em 2008 e administrado pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, o SNA foi produzido com objetivo de atender ao art. 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA que prevê a implementação de cadastros estaduais e nacional de habilitados para adoção e crianças e adolescentes acolhidos. A possibilidade da unificação dos cadastros estaduais tornou possível a visão panorâmica das habilitações para adoção, das crianças e adolescentes acolhidos e adoções e com isso, também proporcionou maior agilidade na busca por famílias substitutas.

Palavras-chave:

Sistema Nacional de Adoção – SNA. Adoção. Crianças e adolescentes.

¹ Assistente Social do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro - TJRJ e estudante do 5º período do curso de direito do Centro Universitário de Volta Redonda- UniFOA.

GT V: Vulnerabilidade no Direito Privado e Consumerista

A ignota personalidade civil da Inteligência Artificial no Brasil e a proposta europeia para a personalidade eletrônica

Amanda Gabriele Faria Lopes¹; Fernanda Freitas Cardoso¹; Igor Souza do Rosário¹; João Pedro Vieira Chaves¹; Rafael Alves de Souza Silva¹; Tiago da Silva Santos¹; Luiz Claudio Gonçalves Junior (Orientador)²

RESUMO

É certo que o avanço tecnológico impõe uma adequação social a todos seus aparatos e inventos. Com a introdução de novos paradigmas eletrônicos, os impactos jurídicos estão sendo cada vez maiores e foi em razão dessas mudanças que o parlamento europeu, em 2015, realizou uma proposta para as disposições do Direito civil em relação à Inteligência Artificial. Entre algumas propostas está a criação de um regime de seguro obrigatório que visa garantir a indenização de possíveis danos que porventura possam surgir com base nas ações da Inteligência Artificial, bem como a criação da personalidade eletrônica. Este estudo epistemológico compara o instituto da personalidade civil aplicada no ordenamento pátrio versus a proposta europeia para a personalidade eletrônica. Será realizada uma pesquisa bibliográfica aprofundada sobre o tema com análise crítica sobre as teses defendidas. Espera-se obter como resultado uma possível adequação da teoria europeia face ao ordenamento jurídico brasileiro. Por fim, busca-se obter novas suposições e mecanismos exploratórios para a correta aplicação do instituto da responsabilidade civil sobre a inteligência artificial.

Palavras-chave:

Direito da personalidade. Inteligência Artificial. Personalidade Eletrônica.

¹ Discente do Curso de Direito – Centro Universitário de Volta Redonda - UniFOA.

² Professor e pesquisador do Centro Universitário de Volta Redonda – UniFOA. Doutor em Educação (UNIMEP) e Mestre em Biodireito, Ética e Cidadania (UNISAL). lclaudiojr@uol.com.br

A caracterização da Covid-19 como acidente de trabalho

Laira da Conceição Barbosa¹; Luciana Mara Alves Ferreira¹; Patrick Garcia Teixeira¹; Stella Rosestolato Corrêa Dias¹

RESUMO

O acidente do trabalho é aquele que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa, ocasionando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte, ou perda, ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho. Cumpre esclarecer, que também há situações equiparadas ao acidente do trabalho, como a doença ocupacional, que se subdivide em doença profissional e doença do trabalho, e o acidente *in itinere* (acidente de trajeto). Ocorre que, a humanidade se mantém em constante evolução, onde surgem novas conjunturas que podem impactar na vida do trabalhador, como é o caso da atual crise de saúde global decorrente do novo coronavírus. Nessa perspectiva, surge o questionamento: a contaminação por coronavírus pode ser caracterizada como um acidente de trabalho? O tema é complexo, mas muito importante para o mundo do trabalho nessa pandemia da Covid-19, que surgiu de forma inesperada e pegou todos de surpresa. O que se vê de forma clara é que o Supremo Tribunal Federal, ao suspender a eficácia do artigo 29 da Medida Provisória 927, não disse precisamente que a Covid-19 seria uma doença do trabalho. No entanto, sucedeu a possibilidade de ser equiparada a acidente de trabalho, devendo ser analisado cada caso concreto, com as suas peculiaridades, como nas demais doenças decorrentes do trabalho. Assim, deve ser analisado cada situação, bem como, se a atividade da vítima é de risco ou não, sendo necessário analisar o nexo causal e o nexo concausal.

Palavra-chave:

Acidente do trabalho. Seguridade social. Previdência social. Covid-19.

¹ Centro Universitário de Volta Redonda - UniFOA.

Direito de opção do servidor público ao regime da previdência complementar

Letícia Peniche Guimuzzi¹

RESUMO

O trabalho busca analisar as divergências jurisprudências nos Tribunais sobre o direito do servidor público em escolher o Regime Complementar quando já oriundo de outro ente federativo. Pode-se perceber que não há unanimidade nas decisões proferidas nos casos concretos causando uma grave insegurança jurídica. Em sede administrativa por meio da Orientação Normativa do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) foi estabelecido que os servidores egressos de outros entes federativos são sujeitos ao Regime de Previdência Complementar da Lei 12.618/2012. Tal fato fez com que várias demandas fossem ajuizadas pelos servidores públicos buscando garantir que a filiação ao Regime Complementar anterior prevalecesse, visto que não teria neste caso que se submeter ao teto do Regime Geral da Previdência Social delimitado nesta lei. Este assunto é de extrema importância visto que as reformas constitucionais e mudanças legislativas ao longo do tempo alteraram os direitos dos servidores públicos a aposentadoria, inclusive com regras sobre a filiação ao Regime Complementar. O objetivo do trabalho é levantar as teses divergentes e analisar o arcabouço legislativo aplicáveis ao caso juntamente com as posições doutrinárias. A partir disso, especificar quais foram utilizadas para embasar as decisões judiciais.

Palavras chave:

Servidor público. Aposentadoria. Regime complementar. Regime próprio. Previdência social. Emenda constitucional.

¹ Graduada em direito – UniFOA, pós-graduada em direito do trabalho e previdenciário pela PUC-Minas, residente jurídico da pós-graduação em residência jurídica da Universidade Federal Sul Fluminense – Volta Redonda.

Em tempos de pandemia: a implementação do *home office*

Laira da Conceição Barbosa¹; Luciana Mara Alves Ferreira¹; Patrick Garcia Teixeira¹; Stella Rosestolato Corrêa Dias¹

RESUMO

Com a decretação da pandemia e os casos da Covid-19 apresentando um aumento, o normal mudou e trouxe um novo normal. Agora as empresas trabalham com o sistema de *home office*, e trabalhadores do mundo inteiro estão de suas casas trabalhando através de um computador. O *home office* de certa forma aumentou a produtividade dos trabalhos, pois pessoas já que estão isoladas em suas residências e conseqüentemente sem sair de casa, aproveitam o tempo livre e fazem suas atividades laborais. O *home office* tem sido de grande valia para as empresas, pois como os escritórios estão vazios, acaba tendo uma diminuição em gastos, no entanto, não é só partes boas que ocorreram, empresas do mundo precisaram se adaptar de forma instantânea para esse tipo de implantação e driblar a precariedade que é encontrada, pois nem todos possuem acesso amplo a internet, sendo uma das dificuldades enfrentadas. Conclui-se então que cada vez mais essas empresas estão buscando novos desafios, além do mais, procuram maiores produtividades, agilidades e baixo custo.

Palavra-chave:

Pandemia. Home Office. Empresas. Produtividade. Baixo custo.

¹ Centro Universitário de Volta Redonda - UniFOA.

O reconhecimento do coronavírus como doença ocupacional dos trabalhadores dos serviços essenciais

Laura S. da S. Cardoso¹; Álvaro dos S. Maciel (Orientador)²

RESUMO

O presente trabalho possui o objetivo de expor o posicionamento do Superior Tribunal Federal ao reconhecer o coronavírus como doença ocupacional sob a decisão de medida liminar que suspendeu a eficácia dos artigos 29 e 31, ambos da Medida Provisória 927/2020. Após a referida decisão e a equiparação do coronavírus à doença ocupacional nas relações dos trabalhadores de serviços essenciais, os Tribunais Regionais do Trabalho têm se posicionado de formas diferentes, já que o tema ainda não é pacificado, e o Juiz goza do poder do princípio do livre convencimento. Através da análise doutrinária e jurisprudencial, busca-se analisar qualitativamente como a equiparação do coronavírus à doença ocupacional reflete nas relações contratuais trabalhistas dos trabalhadores de serviços essenciais. Analisando como isso afetou diretamente o ramo do direito privado considerado um dos mais importantes sob o viés da relação fundamental garantida pela Constituição Federal.

Palavras-chave:

Coronavírus. Doença ocupacional. Trabalhadores dos serviços essenciais.

¹ Centro Universitário de Volta Redonda - UniFOA.

² Doutor e Ciências Jurídicas e Sociais. Professor do Centro Universitário de Volta Redonda – UniFOA.

**GT VI: Minorias, Etnias Raciais e Religiões Afro-Brasileiras /
Educação Ambiental e Direitos Humanos**

A insegurança jurídica presente no caso de contaminação do conjunto habitacional Volta Grande VI pela CSN em Volta Redonda-RJ

Ana Carolina Oliveira de Carvalho¹

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar um cenário de injustiça ambiental e de violação do direito humano ao meio ambiente sadio no processo de contaminação da região do Conjunto habitacional Volta Grande VI, em Volta Redonda-RJ, por resíduos industriais da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Nota-se, além disso, a violação dos princípios da ordem econômica consagrados no art. 170 da Constituição Federal (1988). Pretende-se com a pesquisa levantar o grau de efetividade da lei na relação entre empresa e sociedade. Analisa-se para tal o processo judicial em que o Ministério Público Federal (MPF) denuncia os riscos ambientais sobre a população e responsabiliza a empresa, o que resta por evidenciar um problema de implementação das leis ambientais, dos direitos humanos e sociais, que termina por concluir uma injustiça, sem surtir efeito para mudanças concretas no modo de atuação da empresa, para remediação dos danos, compensação para os afetados, prevenção de novas e reversão das já existentes contaminações, compondo um cenário de vulnerabilidade da sociedade perante a empresa.

Palavras-chave:

Volta Grande VI. Conflito ambiental. Companhia Siderúrgica Nacional.

¹ Centro Universitário de Volta Redonda – UniFOA.

Escolas sustentáveis no contexto dos objetivos de desenvolvimento sustentável

Francisco Jácome Gurgel Júnior¹

RESUMO

O Brasil é signatário do Projeto da Organização das Nações Unidas denominado Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e nesta proposta figuram 17 objetivos como erradicação da pobreza, segurança alimentar e agricultura, saúde, educação, igualdade de gênero, redução das desigualdades, energia, água e saneamento, padrões sustentáveis de produção e de consumo, mudança do clima, cidades sustentáveis, uso sustentável dos oceanos e dos ecossistemas terrestres, crescimento econômico inclusivo, infraestrutura e industrialização, governança, e meios de implementação. Neste ínterim é imprescindível que todos os atores sociais se articulem e juntos possam materializar os objetivos acima em seus respectivos territórios com vistas ao Desenvolvimento Sustentável local. As escolas são o *locus* ideal para a formação da cidadania ambiental e a Educação Ambiental de caráter formal é o instrumento mais adequado para os fins pretendidos. O projeto em tela tem por objetivo contemplar e implementar nas escolas o 11º objetivo: Cidades e Comunidades Sustentáveis pela formação de crianças e jovens conscientes e comprometidos com a proteção do meio ambiente em todas as suas dimensões.

Palavras-Chave:

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Educação Ambiental Formal. Escolas Sustentáveis. Cidades e Comunidades Sustentáveis.

¹ Centro Universitário de Volta Redonda – UniFOA. gurgel.jr@gmail.com

Importância da educação ambiental

Luísa Dutra de Aguiar¹; Joao Pedro Viana Braz¹; Camila Marques Velho¹; Milena Dinali de Carvalho¹

RESUMO

O meio ambiente é um direito reconhecido no âmbito internacional sendo fundamentado em nossa Constituição Federal, no art. 225. É um direito fundamental e incontestável, sendo um dos direitos humanos que possui relação direta à qualidade de vida do ser humano. Por consequência, a implementação da educação ambiental nas escolas torna-se de suma importância, pois a educação ambiental tornou-se lei no Brasil, pelo motivo de minimizar os problemas relacionados à exploração ambiental, porém, o principal desafio para a viabilização da educação ambiental nas escolas públicas seria a falta de conhecimento dos próprios educadores no que diz respeito ao tema.

Palavras-chave:

Educação Ambiental. Direitos Humanos. Meio Ambiente. Escolas.

¹ Centro Universitário de Volta Redonda - UniFOA.

O conflito socioambiental de Belo Monte e os povos do Xingu

Rodrigo Marques Monteiro de Castro¹

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar o conflito socioambiental envolvido na construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte no rio Xingu e o impacto causado nas comunidades que habitam o entorno da área de construção, em especial populações indígenas. Primeiramente, pretende-se observar a legislação pertinente como forma de compreender de que maneira o Direito brasileiro lida historicamente com a questão indígena sob a ótica de duas principais concepções: a tutela e a autodeterminação. Posteriormente, será realizado um estudo de caso acerca da usina de Belo Monte, utilizando-se de revisão bibliográfica e análise documental para que se investigue os principais impactos a nível ambiental e social, e para que se observe a influência da participação das populações indígenas no processo decisório.

Palavras-chave:

Belo Monte. Conflito socioambiental. Tutela. Autodeterminação.

¹ Centro Universitário de Volta Redonda – UniFOA.

O nome social: atributo inerente à personalidade e à dignidade da pessoa transgênero

Anderson Luiz Ribeiro¹; Gabriel Floriana de Andrade Dutra da Rocha²

RESUMO

O presente artigo, através de revisão bibliográfica, correlacionou o instituto do nome social, regulamentado no ordenamento brasileiro pelo Decreto nº 8.727/2016, com os direitos da personalidade, especialmente o direito ao nome. A pesquisa tratou dos dois conceitos como meios garantidores da dignidade da pessoa humana das pessoas transgênero que adotam o nome social. Para tanto, realizou a conceituação dos tópicos envolvidos na discussão, como a identidade de gênero, com vistas a confirmar o vínculo existente entre os direitos que são inerentes à pessoa, por sua natureza, e fundamentais para a promoção da dignidade, mostrando a essencialidade do respeito ao nome social.

Palavras-chave:

Gênero. Identificação. Nome. Personalidade. Transgênero.

¹ Docente do UGB/FERP Campus Barra do Piraí-RJ.

² Discente do curso de Direito do UGB/FERP Campus Barra do Piraí-RJ.